

Narrar entre nós como método: Histórias de vida de mulheres em situação de refúgio contadas por meio de uma reportagem-ensaio¹

Carolina Moura KLAUTAU²

Cremilda MEDINA³

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Esta pesquisa pretende responder à pergunta: o que mulheres em situação de refúgio compartilham quando participam de oficinas coletivas de narrativa? O resultado, apresentado em forma de reportagem-ensaio, diz que desejos para o futuro, trabalho, maternidade, redes de apoio, acesso à cultura local e interação sociocultural emergem durante a prática do narrar entre nós - como chamamos a metodologia desta pesquisa. As oficinas de narrativas foram realizadas com mulheres acolhidas pela Casa de Passagem Terra Nova, em São Paulo, entre outubro e novembro de 2021. Os estudos de Julieta Paredes, Gayatri Spivak, Emma Haddad e Margareth Rago ajudam a construir as bases teóricas deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; narrar entre nós; jornalismo; estudos de refúgio; estudos de gênero.

PRIMEIROS DESLOCAMENTOS

Mais de 114 milhões de pessoas ao redor do mundo foram obrigadas a deixar suas casas, segundo o Relatório de Tendências Semestrais do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2023). A publicação é de setembro de 2023 e representa os dados mais recentes sobre o assunto. Fazem parte desse número as pessoas deslocadas internas, solicitantes de asilo, refugiadas e aquelas que buscam outro tipo de proteção à vida por instituições internacionais.

O número, apesar de extremamente importante, está longe de representar a totalidade do fenômeno por, pelo menos, dois motivos: pela grande dificuldade em registrar todos os casos desse tipo de deslocamento ao redor do mundo; e pelo aumento, sem parar, nos conflitos mundiais que levam as pessoas a saírem de seus países – desde

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi. Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), email: carolklautau@gmail.com.

³ Jornalista, pesquisadora e professora titular sênior da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, email: medinase@usp.br.

o final de setembro de 2024, por exemplo, os ataques israelenses ao sul do Líbano já levaram mais de um milhão de pessoas a fugir do território libanês.⁴

No que diz respeito à nacionalidade, a Síria lidera a quantidade de pessoas refugiadas ao redor do mundo: são 6,5 milhões de indivíduos. Na sequência, estão Afeganistão (6,1 milhões) e Ucrânia (5,9 milhões). Acrescente-se a esses números os da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), que atende a aproximadamente seis milhões de pessoas. Por outro lado, entre os países que mais abrigam quem teve que deslocar-se estão Irã e Turquia com 3,4 milhões de concessões de status de refúgio, seguidos pela Alemanha que já recebeu 2,5 milhões de pessoas (ACNUR, 2023) consideradas refugiadas.

Os números brasileiros são mais tímidos, mas indicam crescimento: em 2018 foram 80.057 pedidos de reconhecimento do status de refugiado e refugiada; em 2019, 82.552; em 2020 – primeiro ano da pandemia de Covid-19 – 28.899; em 2021, 29.484; em 2022, 50.355. Pessoas refugiadas no Brasil são de maioria venezuelana, haitiana e afegã, segundo o Observatório das Migrações (JUNGER; DA SILVA; CAVALCANTI; LEMOS SILVA, TONHATI; LIMA COSTA, 2023).

O aumento em mais de 50% da quantidade de pessoas deslocadas à força nos últimos dez anos,⁵ deixa em evidência a necessidade de olhar para o fenômeno do refúgio, assim como para os grupos mais afetados pelo fenômeno: mulheres e crianças – que são, aliás, ao lado das pessoas idosas, as mais afetadas por diversos tipos de crueldade, como afirma João Alexandre Pereira (1979, p. XI) no prefácio do livro *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi. Acrescente-se a isso o fato de que algumas pessoas que desenvolvem pesquisas sobre refúgio falam de uma feminização do processo, dada a quantidade crescente de mulheres em deslocamento. Mesmo assim, quando o assunto é refúgio, as mulheres ainda são vistas em relação aos homens, como diz Teresa Kleba Lisboa (2006).

A ameaça de violência típica de gênero e o poder de os homens agenciarem o que diz respeito à condição de refugiada, causam diferenças particulares para mulheres refugiadas: ‘Os corpos de mulheres deslocadas são feitos para tornarem-se lugares de poder onde relações baseadas em gênero privilegiam homens ao invés de mulheres. (...) Mulheres são mais vulneráveis a mudanças e

⁴ Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/10/06/chefe-de-refugiados-da-onu-diz-que-ataques-aereos-no-libano-violam-direito-humanitario.htm> >. Acesso em 7 out. 2024.

⁵ Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/emergencias/ucrania/> >. Acesso em: 22 maio 2024.

transformações.’ Por isso, elas experienciam um duplo deslocamento - o físico, que as distancia de sua comunidade natal e o simbólico que, muitas vezes, pode tornar-se violento (...). (HADDAD, 2008, p. 40).⁶

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo responder à seguinte pergunta: o que emerge quando mulheres em situação de refúgio participam do ato de narrar entre nós? Uma resposta possível para essa pergunta é apresentada em forma de reportagem-ensaio, como diz Raúl Osório Vargas (2003). Para responder a esse questionamento, foram realizadas oficinas de narrativas na Casa de Passagem Terra Nova, local que abriga pessoas refugiadas em São Paulo (com foco em mulheres e crianças), no bairro da Mooca. Foram seis encontros, de 19 de outubro a 30 de novembro, com dez participantes.

Entre os resultados que encontramos – ou seja, aquilo que mulheres em situação de refúgio narram quando estão em coletividade – estão os temas dos planos para o futuro, a vivência de uma mulher em deslocamento, a maternidade, o trabalho, a maternidade e a importância de atividades de interação sociocultural no país de acolhida. No último dia das oficinas de narrar entre nós com o grupo de dez usuárias da Casa de Passagem Terra Nova, fizemos uma avaliação sobre os encontros e, segundo o grupo, a atividade de narrar entre nós contribuiu para elas em três aspectos: como efeito de identificação entre o grupo – saber que elas não estão sozinhas no processo de deslocamento e conhecer outras histórias de vida faz com que se sintam mais amparadas –; para que possam aprender sobre visões de mundo diferentes das suas; e como atividade de interação sociocultural, já que o grupo passa muito tempo ocioso na Casa de Passagem Terra Nova.

GÊNERO E REFÚGIO

Algumas pessoas que estudam o fenômeno do refúgio, como Emma Haddad (2008), acreditam que é possível falar de um processo de “feminização” do deslocamento, pelo fato de cada vez mais mulheres precisarem deixar seu país de nascimento. Além disso, os próprios motivos que levam as mulheres ao refúgio são

⁶ No original: “The threat of gender-specific violence and the power of male agency in defining and directing the contours of refugeehood provide particular difficulties for refugee women: ‘Displaced female bodies are made to become specific sites of power where gendered, hierarchizing power relations privileging men over women... are recuperated and stabilized precisely at a time (displacement) when those power relations are disrupted and most vulnerable to shifts and transformations.’ Accordingly, they experience a ‘double displacement – a physical displacement from the so-called home community and a symbolic and at times violent displacement from agency’”. Tradução livre da autora.

influenciados pela questão de gênero. Mulheres podem deixar seus países, entre muitos motivos, por conta da violência sexual que enfrentam, dos casamentos forçados e da mutilação genital, prática ainda frequente em alguns países.

A ameaça de violência típica de gênero e o poder de os homens agenciarem o que diz respeito à condição de refugiada, causam diferenças particulares para mulheres refugiadas: ‘Os corpos de mulheres deslocadas são feitos para tornarem-se lugares de poder onde relações baseadas em gênero privilegiam homens ao invés de mulheres. (...) Mulheres são mais vulneráveis a mudanças e transformações.’ Por isso, elas experienciam um duplo deslocamento - o físico, que as distancia de sua comunidade natal e o simbólico que, muitas vezes, pode tornar-se violento (...). (Haddad, 2008, p. 40).⁷

Com essas especificidades em mente, é preciso um olhar que inclua o gênero para pensar o fenômeno do refúgio entre mulheres. Dentro das teorias feministas, o feminismo decolonial é uma lente possível para encarar a questão, num movimento que “suscita outros olhares e tende a privilegiar as dispersões, as diferenças”, como diz Margareth Rago (2013, p. 41). O feminismo decolonial permite “uma nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos impõem urgência em ser sonhados”, segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2020, p. 12).

De forma geral, o pensamento decolonial entende que os signos europeus ainda são aqueles que pautam os valores de diferentes sociedades, incluindo a brasileira. A colonialidade, então, “se refere a um *padrão de poder* que não se limita às relações formais de dominação colonial, mas envolve também as formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam” (Hollanda, 2020, p. 16, grifos da autora).

As experiências das mulheres em situação de refúgio, por constituírem um Outro dentro de um Outro no país de acolhida (em primeiro lugar, porque são refugiadas e, em segundo lugar, porque são mulheres), não podem ser vistas unicamente a partir do feminismo clássico – ou europeu – porque este é desenvolvido a partir de mulheres brancas, com uma vivência muito diferente daquelas que foram forçadas ao deslocamento.

⁷ No original: “The threat of gender-specific violence and the power of male agency in defining and directing the contours of refugeehood provide particular difficulties for refugee women: ‘Displaced female bodies are made to become specific sites of power where gendered, hierarchizing power relations privileging men over women... are recuperated and stabilized precisely at a time (displacement) when those power relations are disrupted and most vulnerable to shifts and transformations.’ Accordingly, they experience a ‘double displacement – a physical displacement from the so-called home community and a symbolic and at times violent displacement from agency”.

As propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuram as hierarquias sociais (Curiel, 2020, p. 121).

Dessa forma, o feminismo decolonial – liderado por latino-americanas – busca uma forma de pensar as questões das mulheres, mais alinhadas aos seus modos de viver, considerando que, num cenário global, o grupo pode ser considerado aquilo que Gayatri Spivak (2010) chama de “sujeitos subalternos”.

Apesar de ambos [homens e mulheres] serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 85).

As feministas decoloniais constroem, então, teorias que levam em consideração diferenças como nacionalidade, etnicidade, classe, raça, gênero e sexualidade para pensar o gênero. Um dos exemplos dessa forma de pensar a experiência das mulheres subalternas é o feminismo comunitário do qual fala Julieta Paredes (2020).

A proposta da autora boliviana de origem indígena aymara é de recuperar a forma de organização das comunidades indígenas, adaptando-a para comunidades que se desenvolvem em outros contextos, como as sociedades urbanas, rurais, religiosas, esportivas, entre outras. As comunidades podem ser entendidas como “um tecido de complementaridades, reciprocidades, identidades, individualidades e autonomias” (Paredes, 2020, p. 202).

Quando sugere outros tipos de redes sociais, Paredes (2020) aproxima-se da forma como mulheres em situação de refúgio vivem: se não é possível que os laços familiares sejam aqueles que sustentam as relações das mulheres em outro país, que elas encontrem esse apoio por meio da identificação cultural ou pela própria situação que compartilham com outras mulheres: a de uma pessoa em situação de refúgio. As relações geralmente restritas ao âmbito privado podem, no país de acolhida, transbordar e integrar outras pessoas, com desejos e necessidades compartilhados – mas é importante lembrar que não se trata de uma relação de substituição, mas de adaptação.

O feminismo comunitário tem suas raízes fincadas na vivência do cotidiano, na prática social e nas propostas de melhoria de vida para as mulheres. Tanto é que a formação de redes, de comunidades que levam em consideração outros aspectos que não a família, foi percebida durante as oficinas de narrar entre nós. De repente, mulheres que nunca se viram na vida, e que às vezes não falam nem o mesmo idioma, confiam umas às outras o cuidado com o que há de mais valioso para elas: suas crianças.

NARRAR ENTRE NÓS COMO MÉTODO

Por trás da proposta do narrar entre nós como metodologia de pesquisa, estão as Histórias de Vida e as Rodas da Conversa. É por meio da combinação desses dois métodos que se faz possível o conhecimento daqueles assuntos que emergem quando mulheres em situação de refúgio participam de oficinas de narrativas de forma coletiva.

Michael Pollak (1989, p. 4) considera que a metodologia das Histórias de Vida é uma forma legítima de conhecer os sujeitos subalternos (Spivak, 2010) e as narrativas contra-hegemônicas, porque “essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade”. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente por conta da experiência do nazismo, que as histórias de vida passaram a interessar a diferentes áreas do conhecimento enquanto método de pesquisa, segundo Elizabeth Jelín (2002).

Mas lidar com histórias de vida envolve algumas incertezas: vai ser possível que quem viveu situações limite supere obstáculos e desenvolva uma narrativa? Como lidar com a escolha pelo silêncio? Quais são os efeitos, usos, impactos e apropriações das narrativas pela sociedade? (Jelín, 2002). É por essas incertezas que o foco desta pesquisa não recai sobre vidas exemplares ou heroicas, mas sobre aquilo que as protagonistas deste estudo entendem como importante de compartilhar. Muito mais do que um documento histórico, as narrativas de vida “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência” (Pollak, 1989, p. 14). E é por esses motivos que as oficinas de narrar entre nós buscam inspiração nesse método de pesquisa.

Mas é preciso levar em consideração que não é fácil estimular uma pessoa a abordar um passado traumático – no caso das usuárias da Casa de Passagem Terra Nova, um passado traumático e recente – diante de uma pessoa desconhecida. Para

tentar ultrapassar a barreira entre pesquisadora e protagonistas de pesquisa – que também é uma barreira de nacionalidades e idiomas diferentes – e para criar um espaço acolhedor, entende-se que é interessante conhecer as histórias de vida de forma coletiva, diante de pessoas que compartilham da experiência do deslocamento. É por isso que a metodologia do narrar entre nós dialoga também com as Rodas de Conversa como método. Segundo Adriana Moura e Maria Glória Lima (2014), as Rodas de Conversa podem ser um ambiente que facilita o diálogo, que deixa as pessoas mais à vontade para falar e escutar.

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nessa acepção, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar (Moura; Lima, 2014, p. 100).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que é possível compartilhar algo, também é importante saber ouvir, promovendo a reflexão do assunto discutido pelo grupo, em um determinado encontro. As Rodas de Conversa podem, então, ser um espaço para troca de saberes, vivências, experiências, para reconstrução de fatos e da própria identidade.

As oficinas de narrar entre nós estão interessadas naquilo que as protagonistas de pesquisa querem e podem compartilhar, valorizando seus silêncios, seus pedidos para não falar de determinado assunto, sua empolgação e desinteresse diante de certos temas. Durante as oficinas, o papel da pesquisadora é mais o de uma provocadora-mediadora do que de alguém que está em busca da verdade sobre um determinado fenômeno ou do estudo de um “objeto científico”. O interesse do narrar entre nós como método é dar voz, rosto e nomes a um grupo que, muitas vezes, é reduzido a números: o das pessoas em situação de refúgio.

Com essas premissas em mente, entre os meses de outubro e novembro de 2021, seis encontros foram realizados na Casa de Passagem Terra Nova, com a participação inicial de dez mulheres atendidas pela iniciativa. Os temas que emergiram durante as oficinas foram: sonhos, desejos e planos; trabalho; a experiência do deslocamento; a vivência de uma mulher em deslocamento; maternidade; redes de apoio; acesso à

cultura local; a relação entre cultura e refúgio; e um balanço da atividade em que foi abordado o tema da interação sociocultural.

A REPORTAGENSAIO

Na tese de doutorado “O lugar da fala na pesquisa da reportagem: o Homem das Areias, um flagrante do diálogo oratura-escritura”, Raúl Osório Vargas (2003) desenvolve aquilo que chama de “reportagens”, ou seja, uma “narração detalhada de situações e conversas da vida cotidiana dos seres humanos” que pode “ser considerada uma atividade lúdica que apanha diversas perspectivas em contraponto, exacerba dinamicamente os contrastes e nos faz descobrir novas maneiras de ler ou de ver o já visto ou lido” (Osório Vargas, 2003, p. 12). Na reportagem, jornalismo e pesquisa são feitos por meio da observação dos “não-olimpianos”, como chama Edgar Morin (2001) à gente comum, dando a sensação de que é impossível, nesse tipo de narrativa, separar a pesquisa do jornalismo. A “pesquisa social do presente” (Osório Vargas, 2003, p. 13) vai ao encontro de formas de narrar que não se encaixam em compartimentalizações. “A reportagem é uma arte baseada na observação participativa que difunde cores, luzes e todos os possíveis tons dos prismas das chamadas *Realidades Humanas*” (Osório Vargas, 2003, p. 37).

É a oratura que está na base da reportagem e que permite a dialogia, as relações entre os sujeitos envolvidos na narrativa, o conhecimento de diferentes formas de estar no mundo, o compartilhamento de experiências... E por oratura, o autor inclui a fala, a mobilização da memória e as “cenas comunitárias, gestos, sons, danças, braços, olhos, bocas, rituais: texto falado, ouvido e visto” (Osório Vargas, 2003, p. 13).

Reportagem e as produções simbólicas resultado das oficinas de narrar entre nós possuem a mesma matéria-prima: o cotidiano, o gesto das pessoas, suas formas de expressão e os silêncios. Ambas as narrativas também buscam servir como documentos que refletem um contexto que pode ser de interesse de historiadores(as), sociólogos(as) e demais pesquisadores(as), porque são formas de registro do tempo presente, sem a pretensão de esgotar qualquer assunto. Elas se encontram também no objetivo de denunciar o poder e as injustiças sociais.

RESULTADOS: A REPORTAGENSAIO⁸

7h: terça-feira, 19 de outubro de 2021. Campos Elíseos, São Paulo. Acordo e é hora de tomar café, um banho, vestir uma roupa, entrar no carro sentido Casa de Passagem Terra Nova, localizada no bairro da Mooca, na capital paulistana. 9h: chegada ao local, cumprimentar as(os) funcionárias(os), organizar as cadeiras da copa em um círculo, esperar as dez mulheres em situação de refúgio e usuárias do local terminarem suas tarefas domésticas. Elas se acomodam na roda. A conversa começa. Assumo meu papel de Narradora. 10h – às vezes um pouco mais, outras vezes um pouco menos –: agradeço pela presença delas, pelo compartilhamento de suas histórias de vida, desfazemos o círculo montado na copa, nos despedimos. Caminho até o carro, entro no engarrafamento, chego a casa, processo a conversa. A rotina se repete todas as terças feiras até o dia 30 de novembro daquele ano, quando o sexto e último encontro da oficina de narrar entre nós ocorre.

Enquanto as histórias são compartilhadas na copa, que fica ao meu lado, aqui do meu lugar de Cozinha vejo sorrisos, gargalhadas, lágrimas, cabeças baixas, conselhos, mãos no ombro e olhares direcionados ao céu – sabe aquele olhar de quando alguém tenta lembrar-se de alguma coisa? Essas são as reações e os gestos manifestados pelas participantes das oficinas.

Sabe, Cozinha, eu me pergunto como será que é, um dia, deixar a casa, a família, as(os) amigas(os), o trabalho, os estudos, as comidas preferidas e os sonhos para trás e embarcar numa jornada rumo ao desconhecido? Mas não um embarque que foi sonhado, desejado, esperado, mas um embarque necessário, que pode ser, sem exageros, uma questão de vida ou morte. Ao não saber responder a nenhuma dessas perguntas, o que resta é reconhecer as incertezas, ouvir e estar na oficina com todos os sentidos presentes.

No início da oficina, vejo como a Narradora e as dez frequentadoras do meu espaço se organizam: parece que se elas quiserem falar sobre sonhos, desejos e planos, elas falam; se elas não quiserem contar os motivos pelos quais deixaram o país de origem, não tocam no assunto; se elas não quiserem falar tanto em um determinado dia, a vontade é respeitada; se elas acharem importante extrapolar o horário que combinaram

⁸ Nesta reportagem, busco uma experiência narrativa, incentivada pela orientadora desta pesquisa, Cremilda Medina, em que ocorre o deslocamento do papel da narradora: mais de uma voz (como objetos e pessoas) é responsável por contar a história dos encontros na Casa de Passagem Terra Nova. Neste caso, as personagens são a Narradora e a Cozinha, sempre intercalando as duas vozes, nessa mesma ordem. A cada parágrafo, a palavra fica com uma das duas narradoras.

para realizar os encontros, tudo bem também. O tema de cada encontro, a ordem das falas, a duração das oficinas... Tudo é decidido pelas nove usuárias da Casa de Passagem Terra Nova, por uma funcionária do local, que acompanha a oficina de narrar entre nós, e pela Narradora.

Assumindo meu papel de Narradora, vou contar uma história que sai da Venezuela em direção ao Brasil (mais especificamente Boa Vista, em Roraima): foi esse o trajeto que Oneida fez, em abril de 2021, quando chegou, sozinha, em solo brasileiro. Mas a solidão da chegada ao Brasil não ilustra como era a sua vida no país de origem: lá, ela vivia com a mãe (já falecida) e com os quatro filhos. Ao chegar em Boa Vista, sua jornada se cruzou com a de outra mulher que enfrentou sozinha o processo de refúgio: Rocelia, indígena venezuelana que precisou deixar o país por questões políticas. Ainda na capital de Roraima, elas descobriram que além da nacionalidade e de chegarem sozinhas ao Brasil, guardavam outra semelhança: as duas tinham como destino final a cidade de São Paulo e, com ajuda da Organização das Nações Unidas, chegaram onde queriam.

Apesar de a maior parte das pessoas em situação de refúgio no Brasil serem venezuelanas, é de Angola a maioria de usuárias da Casa de Passagem Terra Nova: são 18 pessoas vindas do país africano, entre homens, mulheres, crianças e bebês. Do grupo todo, seis mulheres participaram da oficina de narrar entre nós. Landu é uma delas. Ela veio para o Brasil em junho de 2021 com os três filhos e grávida de mais um, que nasceu em São Paulo. Ao contrário de muitas usuárias da Casa de Passagem Terra Nova, Landu já está empregada – este, aliás, é o grande sonho das mulheres em situação de refúgio: é por meio do trabalho que elas dão sentido à vida, se sentem “úteis” à sociedade e, o mais importante, é ele que vai fazer com que juntem dinheiro e consigam trazer a família que deixaram para trás. Histórias de saudade e de busca por emprego são algumas das que mais ouço aqui do meu espaço de Cozinha.

Por falar em “saudade”, vou ocupar meu papel de Narradora e contar as histórias de Rose e Ester. Elas são duas mulheres angolanas que chegaram ao Brasil grávidas, em maio e em setembro de 2021, respectivamente. Rose está com seu bebê no colo e Ester está com seu bebê na barriga e outras três filhas na Casa de Passagem Terra Nova. Do núcleo familiar mais próximo de Ester, apenas o marido ainda vive em Angola. Ester compartilhou na oficina de narrar entre nós que precisou deixar Angola ainda grávida, por causa de problemas que o marido enfrenta na mina de diamantes onde trabalha. Das

mulheres angolanas, apenas uma, Nadine, chegou ao Brasil com a família nuclear completa. Ela está na Casa de Passagem com o marido e três filhos. Importante ressaltar que falo aqui da “família nuclear” porque, para as angolanas e para muitas mulheres do continente africano, a noção de “família” vai muito além dos laços de sangue e transborda para vizinhas(os), amigos(as), entre outras relações.

Também passaram por mim, a Cozinha, outras duas mulheres africanas: Victorine, da República da África Central, e Chantal, do Benin. Victorine sempre está pensando em trabalho. Acho que é dela que ouço mais pedidos para a conquista do primeiro emprego no Brasil. Mas eu entendo: como uma mãe separada do filho de seis anos que ficou na Guiné Equatorial, ela sabe que a única forma de trazê-lo para perto é guardando dinheiro – o que só pode ser feito por meio do trabalho. Na vinda ao Brasil, Victorine só pôde trazer um filho. Fora isso, a situação de desemprego é nova para ela: Victorine nunca ficou sem trabalhar. Já Chantal é uma velha conhecida minha, pois ela passou dez meses tomando café, almoçando, lanchando e jantando em meu espaço. Atualmente, ela e o marido vivem em uma casa alugada na região central de São Paulo. O casal conquistou a autonomia financeira trabalhando na Casa de Passagem e os dois tem conseguido reconstruir a vida.

Falando da minha perspectiva como Narradora-mediadora das oficinas, acredito que a participação de Chantal foi fundamental para o desenvolvimento da atividade. Parece que, por estar há anos no Brasil, ela ocupou um lugar de inspiração para as mulheres recém-chegadas ao país e atendidas pela Casa de Passagem Terra Nova. Foram dela as primeiras palavras do primeiro encontro. Ela disse que compartilhar suas histórias de vida poderia ajudar na convivência entre as usuárias do local e também poderia ajudar outras pessoas que ainda vão chegar ao Brasil em situação de refúgio. A possibilidade de fazer com que a jornada de outras pessoas em situação de refúgio que ainda vão chegar ao Brasil seja mais acolhedora sempre aparece como uma preocupação na forma como Chantal vê o mundo.

Talvez, Narradora, por já ter emprego, estabilidade financeira, uma casa alugada por ela e pelo marido e por ser a pessoa do grupo que está há mais tempo em São Paulo, algumas falas da beninense ressoaram de forma mais intensa entre as usuárias da Casa de Passagem Terra Nova. Ao lembrar dos seus tempos entre minhas panelas, fogão, pia, geladeira, arroz e feijão, ela diz que, a todo momento, era necessário pensar no

objetivo de ter saído do próprio país e de ter atravessado o mar para chegar em um novo lugar, com uma nova cultura, novo idioma e novos hábitos.

Lembro-me de quando Chantal disse que “tudo na vida acontece com propósito. Se estamos aqui todas juntas, é porque existe um propósito para isso”. Essas palavras parecem ter preenchido o coração e a mente de outra pessoa: a de Ester, que era dona de um salão de beleza em Angola e que sonha em poder voltar a ver o marido que ficou no país africano. Como Narradora, tive a impressão de que as visões de mundo da beninense e da angolana convergem quando as duas acreditam que a troca de experiências é uma poderosa possibilidade de aprendizado. Nesse ponto, Rose comunga com ambas quando diz que é muito importante ter tempo para ouvir cada uma, suas ambições, sonhos, a forma de perceber a vida, aprender o que passaram antes de chegar aqui, o valor que dão aos relacionamentos...

O que eu percebo aqui da minha Cozinha é que parece que o reconhecimento de si nas histórias de vida de outras pessoas talvez seja a grande contribuição das oficinas de narrar entre nós para o grupo. Esse diálogo, que é moldado pelo aqui e agora, pode mudar a forma como as pessoas enxergam a si mesmas. Outro aspecto que conecta as mulheres em situação de refúgio, especialmente aquelas que vieram do continente africano, é o estabelecimento de uma forte rede de apoio que fica evidente, sobretudo, quando o assunto é o cuidado com as crianças e com as mulheres grávidas. Se é verdade o que diz Ester, que “Deus não ensina uma mãe, Ele ajuda ela a enfrentar o dia seguinte”, então esses laços podem ser a materialização de uma mãozinha divina no enfrentamento do cotidiano. Ester, aliás, que sempre se sentava numa poltrona especial por viver uma gravidez de risco, vez ou outra estava com as mãos sobre a barriga – gesto mais maternal, impossível.

O que a Narradora chama de “rede de apoio”, Nadine traduz como “uma mão lava a outra”. Sempre via aqui da Cozinha que quando ela saía para resolver alguma coisa, as crianças ficavam com Landu e Victorine. Os assuntos ligados à maternidade foram temas recorrentes nas oficinas de narrar entre nós. Os principais desejos das mulheres em situação de refúgio são de garantir que as crianças estejam seguras no Brasil e conseguir trabalho, juntar dinheiro e reunir toda a família. Ainda sobre a maternidade, Ester diz que na situação delas, o que resta é confiar umas nas outras e estender a mão. Ainda de acordo com ela, só de estar perto umas das outras, já é possível sentir segurança. O que ocorre é a formação de uma família, mesmo que não

seja baseada em laços de sangue. Ester se lembra de um ditado africano que diz que “fraternidade é maior que irmandade”.

A criação das redes de apoio, ou de relações em que “uma mão lava a outra”, parece ser muito importante, já que muitas integrantes do grupo contaram que estão sozinhas com suas crianças, em um país desconhecido. Esses laços ajudam a enfrentar o dia a dia, conforme elas contaram enquanto ocupava meu papel de Narradora.

Como vivo o dia a dia na Casa de Passagem, já que sou a Cozinha, consigo perceber que as mulheres acolhidas constroem alianças, relações de confiança e de fraternidade que ajudam a passar os dias até que a independência financeira seja alcançada ou até que consigam reencontrar as pessoas da família em um local mais seguro do que o país de origem. Eu vejo, realmente, essa rede entre elas e também ouço como elas aprendem umas com as outras, ao compartilhar suas histórias de vida. Um exemplo dessa última afirmação vem de uma fala de Chantal que disse que “nós atravessamos o mar, chegamos em outro continente, então temos que conviver com a cultura do outro”. Cultura, idioma, comida, hábitos, profissões... Percebo que as mulheres em situação de refúgio são muito interessadas em aprender e conhecer coisas novas relacionadas ao país de acolhida. Não concorda, Narradora?

Concordo, Cozinha. E concordo também com Ester em uma fala que sintetiza a vivência de mulheres em situação de refúgio: “ninguém que estivesse feliz em seu país precisaria sair de casa e deixar tudo para trás. Muitas de nós tínhamos uma casa bonita, dormíamos numa cama confortável, tínhamos nossos empregos... Mas foi necessário deixar tudo para trás para garantir o futuro dos filhos. É necessário ter segurança. O que precisamos no Brasil é de oportunidade. Mãos estrangeiras também fazem um bom trabalho”.

CONSIDERAÇÕES

Nas oficinas de narrar entre nós realizadas com dez mulheres em situação de refúgio atendidas pela Casa de Passagem Terra Nova, em São Paulo, entre os meses de outubro e novembro de 2021, os temas que emergiram foram: sonhos desejos e planos – vinculados, principalmente, à reunião familiar; a experiência do deslocamento; a vivência de uma mulher e mãe em deslocamento – abordando as diferenças culturais, como são tratadas no país de destino, como eram tratadas no país onde viviam, como estão as crianças que ficaram em outro país –; as relações multiculturais dentro da Casa

de Passagem; a necessidade de saber conviver com pessoas diferentes; e o desejo de conhecer mais sobre a cultura local.

Ao construir as narrativas de vida por meio da proposta da reportagem, é possível tratar as protagonistas deste estudo não como estatísticas, mas a partir de um olhar humanizado e da escuta atenta a um dos fenômenos mais graves da contemporaneidade: o deslocamento em sua forma forçada. A reportagem inclui as contradições, os gestos, a forma de se expressar, as cenas comunitárias... Tudo isso numa impossibilidade de dividir o que é da pesquisa e o que é da reportagem: as duas formas de conhecimento se complementam.

A tessitura dos sentidos das mulheres em situação de refúgio foi possível após a realização das oficinas de narrar entre nós, em que as participantes escolhiam os temas que seriam abordados em cada encontro, a ordem das falas, a duração das oficinas, enquanto a pesquisadora atuava mais como mediadora-provocadora da conversa. A metodologia trabalhada combina as técnicas da Roda de Conversa e das Histórias de Vida em busca de transformar os números sobre o refúgio em rostos e nomes.

Ainda é preciso mencionar que o processo de refúgio não é considerado neutro quanto ao gênero e a outros marcadores sociais: mulheres são as principais vítimas de violação de direitos humanos, encontram em opressões de gênero motivos para o refúgio (como os casamentos forçados), precisam lidar com tentativas de exploração sexual ao longo do caminho até a chegada em outro país e, algumas delas, ainda chegam a vivenciar episódios de racismo no país de acolhida – uma vivência até então inédita, dependendo do país que precisaram deixar.

Por fim, a questão de gênero também se apresenta nos próprios temas que emergiram durante as oficinas de narrar entre nós, quando entende-se que os principais assuntos foram relacionados à construção de redes de apoio, o cuidado com as crianças e a busca por um trabalho para reunir toda a família novamente.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil**. Brasil, 2019. 20 p.

ACNUR. **Vozes das pessoas refugiadas**. Brasil, 2020. 46 p.

ACNUR. **Mid-Year Trends**. Suíça, 2023. 32 p.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, HELOISA B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 195-204.

HADDAD, Emma. **The refugee in international society**: between sovereigns. Cambridge University Press, 2008.

HOLLANDA, HELOISA B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a, p. 195-204.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Urbana**, ano XIV, n. 26 e 27, 2006, p. 151-166.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 7 set. 2024.

OSÓRIO VARGAS, Raúl Hernando. **O lugar da fala na pesquisa da reportagensaio**: o Homem das Areias, um flagrante do diálogo oratura-escritura, 2003. Tese de Doutorado, São Paulo: ECA, USP.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, HELOISA B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a, p. 195-204.

PEREIRA, João Alexandre. Uma psicologia do oprimido. In.: BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Tao, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-5, 1989.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Editora da UNICAMP, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Viver no feminino - Uma mais sete histórias de vida. In.: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Editora da UNICAMP, 2013.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.